

## Número da Patente

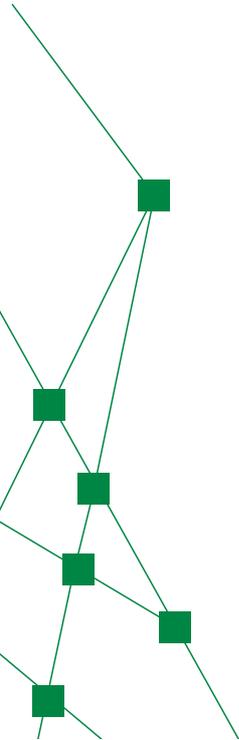
**BR1020130299790**

## Título

**PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**

## Descrição

Refere-se a presente invenção a um processo para inibir a formação de gel em petróleo parafínicos durante seu escoamento através dos dutos, especialmente quando a temperatura ambiente é reduzida. Consiste em um processo mecânico em que se aplicam ciclos rápidos de pressão e alívio simultaneamente ao período em que o fluido está se resfriando, durante a parada de produção, obtendo-se um fluido com menor força gel.



Taxa de Royalties

**8%**

Data de Concessão

**29/12/2020**

Data de Vigência

**22/11/2033**



**INPI** INSTITUTO  
NACIONAL  
DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL  
Assinado  
Digitalmente

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

CARTA PATENTE Nº BR 102013029979-0

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL concede a presente PATENTE DE INVENÇÃO, que outorga ao seu titular a propriedade da invenção caracterizada neste título, em todo o território nacional, garantindo os direitos dela decorrentes, previstos na legislação em vigor.

**(21) Número do Depósito:** BR 102013029979-0

**(22) Data do Depósito:** 22/11/2013

**(43) Data da Publicação Nacional:** 20/10/2015

**(51) Classificação Internacional:** C10C 3/14; B01J 19/10.

**(52) Classificação CPC:** C10C 3/14; B01J 19/10.

**(54) Título:** USO E PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS

**(73) Titular:** PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, Sociedade de Economia Mista. CGC/CPF: 33000167081942. Endereço: Av. República do Chile, nº. 65, Centro, Rio de Janeiro, RJ, BRASIL(BR), 20031-909

**(72) Inventor:** MARCIA CRISTINA KHALIL DE OLIVEIRA; MARCELO DE ALBUQUERQUE LIMA GONÇALVES; DANIELE FRAGA SANTANA MIRANDA.

**Prazo de Validade:** 20 (vinte) anos contados a partir de 22/11/2013, observadas as condições legais

**Expedida em:** 29/12/2020

Assinado digitalmente por:

**Liane Elizabeth Caldeira Lage**

Diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados

## **USO E PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**

### **CAMPO DA INVENÇÃO**

A presente invenção trata de um processo para inibir a formação de gel em petróleo parafínicos, particularmente durante seu escoamento através de dutos, quando a temperatura do fluido é reduzida por troca térmica com o ambiente. Mais especialmente, o processo tem por objetivo evitar que ocorra obstrução das tubulações em caso de parada de produção por um período de tempo mais longo, favorecendo que os hidrocarbonetos saturados, presentes em elevados teores nesses petróleos, se cristalizem.

### **FUNDAMENTOS DA INVENÇÃO**

Nas condições de reservatório, com pressões e temperaturas altas, as diferentes frações que compõem o petróleo encontram-se em equilíbrio termodinâmico. Nestas condições as moléculas da fração parafínica estão dissolvidas nas demais frações do óleo cru. No entanto, ao ser removido do reservatório, as condições de equilíbrio são alteradas, favorecendo a formação de uma fase sólida composta por cristais de parafina em caso de resfriamento do óleo. Quando a fase sólida dispersa no meio atinge um determinado teor, passa a influenciar a reologia do petróleo, aumentando de forma acentuada sua viscosidade.

Em petróleos com teores mais elevados de parafinas o resfriamento pode resultar na formação de uma microestrutura semelhante a dos sólidos, com propriedades reológicas de um gel. O principal risco relacionado com a gelificação do petróleo quanto à garantia de escoamento, ocorre durante as paradas de produção e em linhas de transferência de longa distância, onde todo o petróleo no interior do duto é resfriado em condição estática. Caso o tempo de parada seja suficientemente longo, os cristais de parafina tenderão a formar um gel no interior da tubulação, dificultando a retomada do escoamento e impedindo

o reinício da produção, e na maioria dos casos, provocando obstrução do duto. Em se tratando de um oleoduto submarino as consequências podem ser desastrosas, podendo levar até mesmo a substituição das linhas.

Nos sistemas de produção de petróleos parafínicos em terra,  
5 procura-se usar isolamento térmico para manter a temperatura do fluido alta evitando a gelificação na tubulação. Quando há parada de produção, o isolamento pode retardar o resfriamento, mas não impedi-lo. Assim, haverá eventualmente a formação do gel. Uma vez que o gel é formado, torna-se muito difícil ou mesmo impossível reiniciar o escoamento havendo  
10 então o risco de perda da tubulação.

As soluções conhecidas até o presente para este problema são:

- 1) aquecimento do fluido,
- 2) uso de produtos químicos, e
- 3) aplicação de pressões elevadas para quebrar o gel.

15 Atualmente os projetos de terminais e plataformas marítimas já incluem sistemas para injeção de produtos químicos, conhecidos como redutores do ponto de fluidez, para mitigar a ocorrência de gelificação. Tais produtos inibem a formação dos cristais de parafina, mantendo a força de resistência do gel em valores abaixo do necessário para retomar  
20 o escoamento. Em muitos casos o custo deste tratamento é um fator importante na avaliação do custo da produção, podendo inviabilizar economicamente um projeto.

Esses produtos são materiais sólidos ligeiramente solúveis em hidrocarbonetos e empregados em baixa concentração de matéria ativa.  
25 Entretanto, em caso de produção no mar, o volume da mistura produto químico/solvente a ser aplicado necessita de um grande espaço para armazenamento, que precisa ser previsto ainda na fase de projeto. Além disto, a proporção substancial de solvente em relação ao produto químico aumenta o custo de processamento do óleo na refinaria, onde o material  
30 será posteriormente recuperado a partir do petróleo bruto.

Na tentativa de solucionar o problema, algumas propostas foram apresentadas por especialistas na matéria.

5 O documento US4697426 relata um método para transportar petróleo parafínico segundo o qual uma suspensão formada de óleo e parafina é arrastada por meio de uma corrente gasosa resfriada. Desta forma o petróleo é previamente tratado antes de seu escoamento pela tubulação, de modo a evitar que a parafina gradativamente se deposite na parede da tubulação. Este processo não se aplica a tubulações submarinas de grande extensão.

10 Nos documentos US494937 e US4982756, descreve-se o uso de energia ultrassônica para favorecer a mistura do produto químico modificador de cristalização de parafina no fluxo de petróleo para reduzir a viscosidade e a resistência do gel, possibilitando com tal medida o uso de menor quantidade de solvente na mistura e, conseqüentemente, reduzindo  
15 o volume de produto nas instalações. Contudo, requer espaço para armazenamento e o custo de produção ainda é elevado.

De acordo com o processo agora proposto, procura-se uma forma alternativa capaz de solucionar o problema de gelificação (solidificação) de  
20 produtos químicos nem de aplicar alta pressão. Estes objetivos foram alcançados pelo processo da invenção, que foi desenvolvido a partir destas premissas visando impedir a ocorrência de gelificação do petróleo em linhas de produção e transferência, e que consiste em aplicar um tratamento mecânico em petróleos com altos teores parafínicos para  
25 promover a quebra das ligações inter cristalinas, de modo que o fluido, mesmo em baixa temperatura, se comporte como um líquido viscoso. O processo da invenção poderá ser mais bem compreendido a partir da descrição detalhada que será feita a seguir.

### **Sumário da invenção**

30 A invenção trata de um processo para inibir a formação de gel em

petróleos parafínicos durante seu escoamento através dos dutos, especialmente quando a temperatura do fluido é reduzida durante a parada de produção. Consiste em um processo mecânico em que se aplicam ciclos rápidos de pressão e alívio simultaneamente ao período em que o fluido está se resfriando, durante uma parada de produção ou seu transcurso em linhas de transferência mais longas. Esta aplicação impede a formação de um gel resistente ou, na pior das hipóteses, forma um gel de baixa resistência mecânica que pode ser facilmente deslocado quando for necessário reiniciar o escoamento.

#### 10 **Breve descrição das figuras**

A Figura 1 apresenta um gráfico de parâmetro viscoelástico (G) *versus* tensão de cisalhamento (Pa), que identifica a tensão limite de escoamento (TLE) para um petróleo parafínico.

15 A Figura 2 mostra o resultado de experimentos para medida de TLE em condições de resfriamento estático e dinâmico.

A Figura 3 mostra placas de ensaio do petróleo submetido a resfriamento estático sem ultrassom (Figura 3A) e com frequência de ultrassom (Figura 3B).

#### **Descrição detalhada da invenção**

20 Para que a invenção possa ser mais bem avaliada e compreendida sua descrição detalhada será apresentada a seguir.

O resfriamento do petróleo parafínico, durante o escoamento por dutos submarinos, pode provocar a formação de uma fase sólida composta por cristais de parafina dispersos no fluido, a qual tende a precipitar e depositar nas paredes da tubulação, sendo formada uma microestrutura com propriedades reológicas de um gel. Na ocorrência de uma parada de produção por um período de tempo prolongado, superior a 12 horas, por exemplo, o fluido se resfria e os cristais de parafina, em forma de gel parafínico no interior da tubulação irá dificultar o reinício da produção.

30

O gel parafínico consiste de uma rede estruturada de cristais de parafinas em uma matriz viscosa de petróleo, cuja característica reológica se caracteriza por apresentar um comportamento viscoelástico e tixotrópico distintos.

- 5 O comportamento viscoelástico depende diretamente da tensão de cisalhamento imposta ao material. Em valores baixos de tensão o gel se comporta como um sólido elástico, mas a partir de uma tensão crítica o material passa a escoar como um líquido viscoso. Esta transição é caracterizada pelo parâmetro reológico denominado "tensão limite de
- 10 escoamento" - TLE.

Por outro lado, caso a temperatura para a formação do gel seja alcançada durante uma parada de produção ou em linhas de transferência de longa distância, será então necessário um mínimo de pressão para desestruturar o gel e iniciar o escoamento do fluido. Nestes casos, o

15 tempo, tanto de parada como para atingir uma temperatura considerada crítica, é de fundamental importância, potencializando o risco de inviabilizar o reinício do escoamento e a consequente perda das tubulações.

O valor da pressão necessária para reiniciar o escoamento pode

20 ser calculado a partir dos valores da TLE obtidos experimentalmente em laboratório, de acordo com a equação:

$$\Delta P = TLE \times \frac{4L}{D}$$

Onde:

$\Delta P$  - diferencial de pressão (*bar*)

L - comprimento da linha de produção (*Km*)

25 D - diâmetro da linha (*cm*)

TLE - tensão limite de escoamento (*Pa*)

Com as recentes descobertas de campos gigantes de petróleo parafínico em regiões ultraprofundas, urge-se desenvolver processos e

estabelecer procedimentos que garantam o escoamento da produção, especialmente aqueles petróleos com altos valores de TLE. Este foi o desafio enfrentado pela presente invenção.

A invenção tem por base um processo mecânico para impedir a  
5 formação de gel com características de um sólido elástico nas linhas de produção e transferência de petróleos com elevados teores de parafina, de modo a promover a quebra das ligações intercristalinas do gel mesmo à baixa temperatura. Para isto aplicam-se ciclos de ondas de choque ou de pressão durante o período de resfriamento, que provocam uma  
10 deformação em um escoamento localizado do fluido, mantendo o referido fluido em estado líquido.

Assim, o processo da invenção consiste em aplicar, durante o período em que o fluido está se resfriando, ciclos rápidos alternados de pressão e de alívio, com amplo espectro de frequências, na faixa de 1Hz a  
15 100KHz, preferencialmente acima de 20kHz. O equipamento utilizado para gerar estes ciclos por ser selecionado entre um cabeçote de ultrassom ou outro dispositivo que cause vibração, tais como: martelos ou bombas alternativas. A intensidade dos ciclos de pressão depende da frequência empregada, sendo que quanto menor for a frequência, maior será a  
20 amplitude da pressão.

### **Exemplos**

Para que o processo da invenção possa ser mais bem compreendido, são apresentados os exemplos a seguir, cuja função é de simplesmente ilustrar uma concretização preferida do processo, a qual não  
25 deve ser considerada como limitante da invenção.

#### **Exemplo 1: Determinação da tensão limite de escoamento**

Para medir a tensão limite de escoamento foi utilizada a técnica de reologia oscilatória, a qual permite caracterizar o comportamento mecânico de um material viscoelástico por meio de dois parâmetros: módulo elástico  
30 (G') e módulo viscoso (G'').

O módulo viscoso ( $G''$ ) predomina na descrição do comportamento mecânico dos fluidos não estruturados, para os quais o módulo elástico ( $G'$ ) apresenta valores diminutos, considerados desprezíveis. No entanto, para os fluidos estruturados, tais como géis parafínicos, os dois módulos são mensuráveis e o predomínio é dependente do grau de estruturação e da perturbação externa imposta à amostra durante a medida.

Em baixos valores de tensão os fluidos gelificados apresentam módulos elásticos ( $G'$ ) maiores do que módulos viscosos ( $G''$ ), denotando um carácter sólido dominante. Todavia, esta ordem é alterada quando a tensão crítica é aplicada e o fluido passa a se comportar predominantemente como líquido. Portanto, a tensão limite de escoamento (TLE) é determinada pelo cruzamento das curvas dos módulos  $G'$  e  $G''$  quando plotadas em gráfico.

A Figura 1 apresenta em um gráfico "parâmetro viscoelástico ( $G$ ) versus tensão de cisalhamento (Pa)", o ponto que identifica a tensão limite de escoamento.

As medidas experimentais foram realizadas utilizando um conjunto de sensores reométricos do tipo "placas paralelas" de 35 mm de diâmetro, posicionados com espaçamento na faixa de 1 mm a 1,2 mm.

O experimento foi conduzido da seguinte maneira: 2,0 mL de petróleo foram injetados entre os sensores, os quais foram adequadamente cobertos para reduzir a evaporação das frações leves durante o ensaio. Foram usados procedimentos de resfriamento estático e de resfriamento dinâmico, adotados como padrão.

O procedimento adotado para induzir a formação do gel parafínico e medir sua resistência mecânica compreende os seguintes passos:

1. submeter a amostra a pré-cisalhamento, à temperatura de 45°C por 15 minutos a uma taxa de 10s<sup>-1</sup>;
2. resfriar a amostra de 45°C até a temperatura de 4°C, em condição estática, a uma taxa de 1°C/min;

3. posicionar o sensor na distância padrão para a análise, na faixa de 1 mm a 1,2 mm, com uma velocidade de aproximação de 0,04 mm/min;
4. estabilizar a amostra durante 15 minutos na temperatura da 4°C;
5. aplicar passos crescentes de tensão de cisalhamento no modo oscilatório, cobrindo uma faixa de  $10^{-1}$  a  $10^4$  Pa, 120 passos por década, com frequência na faixa de 1 Hz .

O gráfico apresentado na Figura 2 apresenta o resultado dos experimentos. Pode-se observar que o petróleo em análise apresenta valor de TLE no entorno de 900 Pa, quando resfriado em condição estática. Entretanto, quando resfriado sob cisalhamento não é possível identificar a TLE.

Este efeito foi observado em diferentes tipos de petróleo, inclusive aqueles com elevados valores de TLE. Tais petróleos brutos contêm geralmente entre 5 e 20% de parafina. Se o escoamento for interrompido temporariamente ou durante um período de tempo prolongado, tornam-se bastante viscosos dificultando enormemente, ou até mesmo impossibilitando, a retomada da produção.

### **Exemplo 2: Efeito do ultrassom nas propriedades do fluido**

Amostras de petróleo foram submetidas ao resfriamento de 25°C a 4°C em duas cubetas de vidro, sendo, uma das cubetas colocada em banho de ultrassom na frequência de 42KHz e a outra mantida sob condição estática.

O ultrassom é uma onda mecânica longitudinal com frequência acima de 20KHz. As ondas ultrassônicas são geradas por transdutores, que convertem a energia elétrica em energia mecânica, e vice-versa. A conversão para diferentes formas de energia é realizada graças a um cristal no interior do transdutor e que modifica seu formato quando submetido à influência de uma carga elétrica, efeito denominado piezoelétrico.

A Figura 3 apresenta fotografias das cubetas de ensaio do petróleo submetido a resfriamento a 4°C. Como se observa, a amostra que não foi submetida à energia de ultrassom (Figura 3A), apresenta aparência de gel e não escoar, enquanto a amostra submetida à frequência de ultrassom (Figura 3B) tem aparência mais fluida, sendo capaz de escoar, mesmo à temperatura de 4°C.

Fica evidenciado que o tratamento do petróleo com ondas de choque, seja por vibração, energia ultrassônica ou outras formas alternativas, durante o resfriamento do fluido, proporciona um fluido com força gel substancialmente menor. Portanto, o processo da invenção se mostra particularmente recomendável para aplicação em transferência de petróleo bruto a partir de uma plataforma marítima por oleoduto submarino para a costa ou de poços produtores de petróleo em campos em terra ou no mar. Da mesma forma a invenção encontra aplicação para a transferência de petróleo bruto parafínico entre navios, e também de uma embarcação para terra ou de terra para um navio. Enfim, a invenção é aplicável a qualquer escoamento de petróleo parafínico onde uma parada temporária ou longa possa resultar no bloqueio da linha por gelificação do petróleo.

Embora a presente invenção tenha sido descrita em sua forma de realização preferida, o conceito principal que norteia a invenção, se mantém preservado quanto ao caráter inovador, onde aqueles usualmente versados na técnica poderão vislumbrar e praticar variações, modificações, alterações, adaptações e equivalentes cabíveis e compatíveis ao meio de trabalho em questão, sem, contudo se afastar da abrangência do espírito e escopo da invenção, que estão representados pelas reivindicações que se seguem.

## REIVINDICAÇÕES

### **1- PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS**

**PARAFINICOS**, caracterizado por compreender processo mecânico para impedir a formação de um gel com características de um sólido elástico nas linhas de produção e transferência, promovendo a quebra das ligações inter cristalinas mesmo à temperatura da ordem de 4°C, dito processo consiste em aplicar, durante o período em que o fluido está se resfriando, ciclos rápidos alternados de pressão e de alívio, com amplo espectro de frequências, na faixa de 1 Hz a 100 KHz, que provocam uma deformação em um escoamento localizado do fluido, mantendo o referido fluido em estado líquido.

### **2- PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS**

**PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 1, caracterizado por impedir a formação de gel em petróleos parafínicos com teores de 5% a 20% de parafina, quando submetidos a resfriamento a temperaturas da ordem de 4°C por um período de tempo de pelo menos 3 horas.

### **3- PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS**

**PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 1, caracterizado por compreender as seguintes etapas:

- submeter a amostra a pré-cisalhamento, à temperatura de 45°C por 15 minutos a uma taxa de  $10 \text{ s}^{-1}$ ;
- resfriar a amostra de 45°C até a temperatura de 4°C, em condição estática, a uma taxa de resfriamento de 1°C/min.;
- posicionar o sensor na distância padrão para a análise, na faixa de 1 mm a 1,2 mm, com uma velocidade de aproximação de 0,04 mm/min.;
- estabilizar a amostra durante 15 minutos na temperatura da 4°C;
- aplicar passos crescentes de tensão de cisalhamento no modo oscilatório, cobrindo uma faixa de  $10^{-1}$  a  $10^4$  Pa, 120 passos por década, com frequência na faixa de 1 Hz.

**4- PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 1, caracterizado pelo

tratamento do petróleo realizado com ondas de choque ou pressão seja feito preferencialmente por vibração mecânica ou energia ultrassônica durante o resfriamento do fluido.

**5- PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 1, caracterizado pelo

equipamento utilizado para gerar os referidos ciclos de onda de choque ser selecionado entre um cabeçote de ultrassom ou outro dispositivo que cause vibração, tais como: martelos ou bombas alternativas na faixa de frequência de 1 Hz a 100 KHz, particularmente acima de 20 KHz.

**6 – USO DO PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS** caracterizado pelos processos das

reivindicações 1 a 5 serem aplicáveis a qualquer escoamento de petróleo parafínico onde uma parada temporária ou longa possa resultar no bloqueio da linha por gelificação do petróleo.

**7 – USO DO PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 6,

caracterizado por proporcionar um fluido com força gel substancialmente menor, que é capaz de escoar durante o resfriamento do fluido.

**8 – PROCESSO PARA INIBIR A FORMAÇÃO DE GEL EM PETRÓLEOS PARAFINICOS**, de acordo com a reivindicação 6, caracterizado pela

intensidade dos ciclos de pressão depender da frequência empregada, sendo que quanto menor for a frequência, maior a amplitude da pressão.

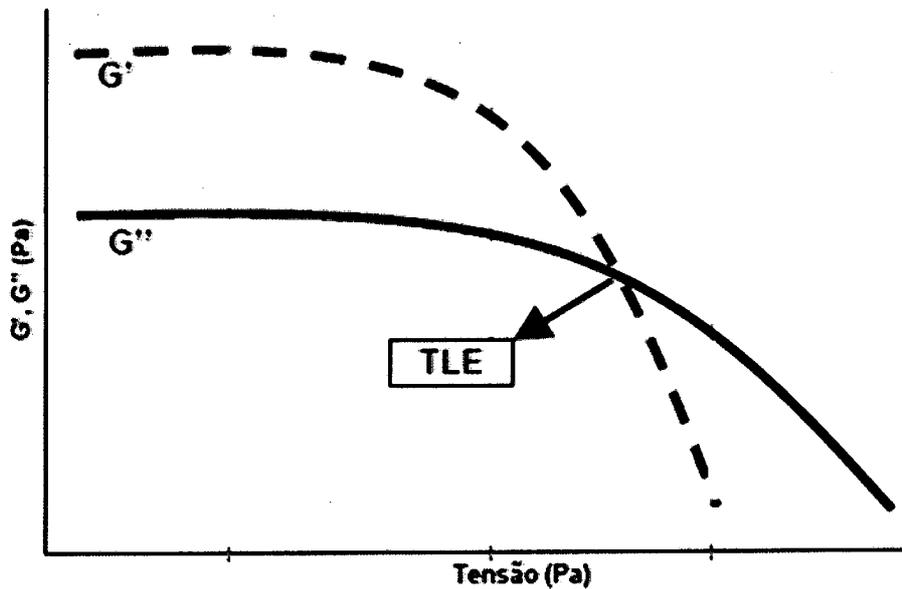


FIG. 1

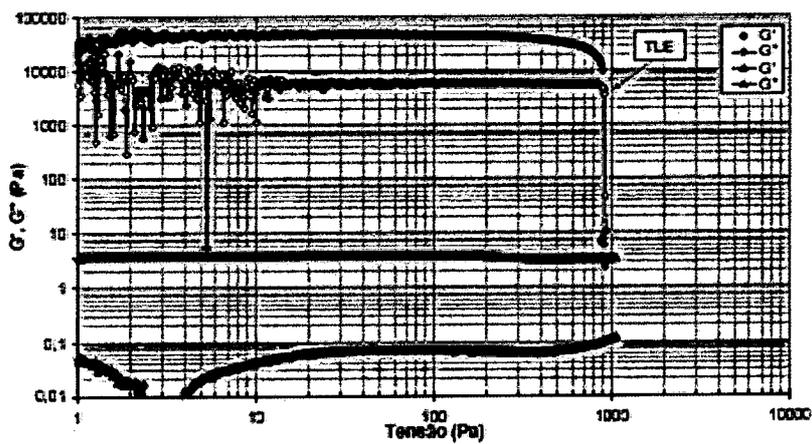
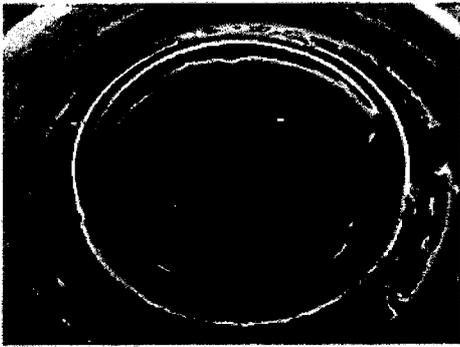
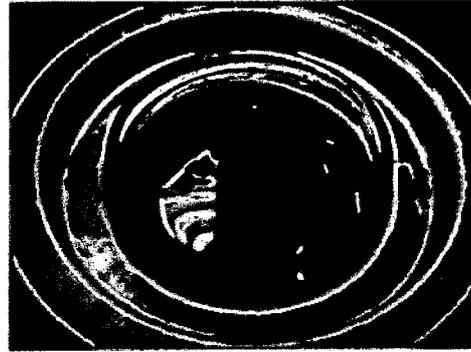


FIG. 2



**A**



**B**

**FIG. 3**

**CONTRATO DE PROPRIEDADE  
INTELECTUAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM PETRÓLEO  
BRASILEIRO S.A. – LICENCIANTE –  
, E [RAZÃO SOCIAL DA  
LICENCIADA]**

Pelo presente instrumento particular, de um lado **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – LICENCIANTE**, com sede à Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20035-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada pelo Gerente de Modelos de Negócio e Propriedade Intelectual do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES, Sr. [nome do gerente] doravante denominada “**LICENCIANTE**”, e de outro lado, [RAZÃO SOCIAL DA LICENCIADA], com endereço à [ENDEREÇO DA LICENCIADA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº [Nº DO CNPJ], neste ato representada pelo [CARGO DO REPRESENTANTE DA LICENCIADA], Sr. [NOME DO REPRESENTANTE DA LICENCIADA], doravante denominada “**LICENCIADA**”.

**CONSIDERANDO QUE:**

- A LICENCIANTE é legítima titular e detentora dos direitos de exploração da [DENOMINAÇÃO DA TECNOLOGIA] protegida por meio de [PATENTE DE INVENÇÃO OU MODELO DE UTILIDADE, registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI sob o número XXXX, e junto ao órgão responsável por proteção intelectual do(s) país(es) [PAÍSES] sob número [número], [compreendendo o know-how do método de aplicação, operação, monitoramento e manutenção dos equipamentos], doravante denominados ATIVOS INTELECTUAIS;

- A LICENCIADA tem interesse no uso e exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS supracitados, de propriedade da LICENCIANTE, sendo que a LICENCIANTE tem interesse neste licenciamento.

- A LICENCIANTE concorda em licenciar o uso dos ATIVOS INTELECTUAIS à LICENCIADA, para que esta possa explorar comercialmente os ATIVOS INTELECTUAIS, conforme as condições estabelecidas neste Contrato.

LICENCIANTE e LICENCIADA, conjuntamente denominadas PARTES, resolvem celebrar o presente Contrato, nos seguintes termos, e sob as seguintes cláusulas e condições.

**1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1 A LICENCIANTE concede à LICENCIADA uma licença [não exclusiva, por prazo determinado, em caráter pessoal e intransferível para exploração comercial dos produtos e serviços relacionados ao ATIVOS INTELECTUAIS no Brasil e no exterior.
- 1.2 A exploração comercial dos produtos e serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS, no Brasil e no exterior, poderá também ser realizada por pelas seguintes empresas do grupo societário ou econômico do qual faz parte a LICENCIADA: [citar cada empresa, país, e o seu CNPJ ou número de identificação].
- 1.3 A LICENCIADA reconhece expressa e incontestavelmente que a LICENCIANTE é legítima titular e detentora dos direitos de exploração dos ATIVOS INTELECTUAIS, não se transmitindo à LICENCIADA nenhuma participação em tais direitos, nem qualquer domínio sobre eles, seja a que título for, sem prejuízo dos direitos garantidos aos inventores dos ATIVOS INTELECTUAIS.
- 1.4 A LICENCIADA reconhece que a presente licença não impede ou restringe, de qualquer forma, o uso e a exploração dos produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS pela LICENCIANTE, nem impede a LICENCIANTE de conceder licença equivalente para terceiros para fornecimento exclusivo à LICENCIANTE ou à consórcios em que ela faça parte, estando os direitos licenciados restritos aos termos especificamente expressos no presente Contrato.
- 1.5 A LICENCIADA não está autorizada a sublicenciar ou ceder, no todo ou em parte, os direitos e obrigações oriundos deste Contrato, sem prévia autorização, por escrito, da LICENCIANTE.

## **2 CLÁUSULA SEGUNDA – CONTRAPARTIDAS**

- 2.1 Pelo presente licenciamento, a LICENCIADA pagará royalties à LICENCIANTE, taxa sobre a exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS, equivalente ao percentual de [VALOR]% ([VALOR POR EXTENSO] por cento) do preço bruto da comercialização dos produtos e/ou prestação de serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS.
  - 2.1.1 Entende-se por “preço bruto” o valor indicado nas notas fiscais emitidas pela LICENCIADA, relativas à venda ou prestação de serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS, excluindo-se o frete e os tributos ICMS, IPI e o ISS, quando incidentes.
  - 2.1.2 Comercialização e prestação de serviços para a LICENCIANTE não são passíveis de pagamentos referentes ao item 2.1.
  - 2.1.3 Comercialização e prestação de serviços para subsidiárias integrais, empresas afiliadas, ou consórcios em que a LICENCIANTE faça parte, mesmo sendo a operadora, são passíveis de pagamentos, na mesma forma do item 2.1.

- 2.1.3.1 Define-se como subsidiárias integrais, Companhia revestida sob a forma de sociedade anônima que tem um único acionista, seu controlador, a LICENCIANTE.
- 2.1.3.2 Define-se como empresas afiliadas, em relação às Partes, qualquer empresa, parceira ou outra entidade de negócios que direta ou indiretamente controle, seja controlada ou esteja sob controle comum por uma Parte do presente acordo, tanto (1) por propriedade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da entidade, ou (2) por possuir direta ou indiretamente o direito de designar mais de 50% (cinquenta por cento) de seus administradores, ou no caso de qualquer outra entidade que não seja uma corporação, pessoas que exerçam autoridade semelhante.
- 2.1.3.3 Define-se como consórcios, Grupo de empresas reunidas para realizar atividades com objetivo comum, sem personalidade jurídica, na forma do disposto nos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A).
- 2.1.4 O valor dos royalties a ser pago à LICENCIANTE será apurado e validado pela LICENCIANTE com base no Relatório apresentado trimestralmente pela LICENCIADA (Relatório Trimestral), conforme definido no item 3.2 e cujo modelo corresponde ao Anexo **XX** deste Contrato.
- 2.1.5 Após a validação dos documentos e valores apresentados pela LICENCIADA no Relatório Trimestral, a LICENCIANTE emitirá boleto de cobrança dos valores devidos, bem como qualquer outro valor que se torne devido em razão das obrigações definidas neste instrumento, a serem pagos pela LICENCIADA em um prazo de até 30 dias corridos a partir da data da emissão.
- 2.2 Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer das importâncias previstas neste Contrato, incluindo aquelas que se tornarem devidas em razão de fiscalização e auditoria, sem prejuízo das perdas e danos que poderão ser exigidas pela LICENCIANTE, a LICENCIADA estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o total devido e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devendo ainda o valor ser corrigido e atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, apurado até a data do efetivo pagamento, com a imediata adoção das medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis à efetivação da cobrança. Correrão por conta da LICENCIADA as despesas judiciais, assim como honorários advocatícios, se a cobrança se efetivar judicialmente ou com a interveniência de advogado.
- 2.3 Quaisquer tributos eventualmente devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato ou de sua execução serão suportados pelo responsável tributário definido na lei aplicável.
- 2.4 O valor de conversão de moedas a ser utilizado para o cálculo dos valores devidos neste Contrato será o do dólar comercial informado pelo Banco Central do Brasil no último dia de apuração do período de cobrança.

### 3 CLÁUSULA TERCEIRA – RELATÓRIOS E REGISTROS

- 3.1 A LICENCIADA se obriga a manter registros completos e precisos de fabricação, estoque, comercialização e prestação de serviços, abrangendo todas as transações relativas à licença de comercialização dos produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS, que ficarão disponíveis para verificação pela LICENCIANTE.
- 3.1.1 O acesso aos documentos será permitido à LICENCIANTE ou seus representantes em meio físico e/ou digital, durante a vigência do presente Contrato e por um período de 10 (dez) anos após o seu término, por qualquer motivo.
- 3.2 A LICENCIADA deverá entregar trimestralmente à LICENCIANTE um relatório sob a forma de planilha (Relatório Trimestral), com base no Anexo **XX**, contendo as informações relativas às receitas obtidas pela venda de produtos e/ou pelos serviços prestados referentes ao ATIVOS INTELECTUAIS, incluindo preços brutos, quantidades, discriminação do ICMS, ISS e IPI, quando incidentes, valores deduzidos dos tributos supracitados, e valor dos royalties a serem pagos à LICENCIANTE.
- 3.3 O Relatório Trimestral deverá ser acompanhado das notas fiscais de cada comercialização realizada pela LICENCIADA, de forma a permitir a conferência das informações recebidas pela LICENCIANTE.
- 3.3.1 No caso de ter havido comercialização dos ATIVOS INTELECTUAIS para a LICENCIANTE, a LICENCIADA deverá incluir no Relatório Trimestral as mesmas informações requeridas no item **3.2**.
- 3.3.2 O Relatório Trimestral deverá ser entregue em meio digital, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trimestre de apuração, na forma definida no item **3.2**.
- 3.3.3 Entende-se por trimestre de apuração os seguintes períodos:
- 1º trimestre – jan/fev/mar – entrega do relatório até 10/abr, do mesmo ano.
  - 2º trimestre – abr/mai/jun – entrega do relatório até 10/jul, do mesmo ano.
  - 3º trimestre – jul/ago/set – entrega do relatório até 10/out, do mesmo ano.
  - 4º trimestre – out/nov/dez – entrega do relatório até 10/jan, do ano subsequente.
- 3.3.4 As PARTES concordam que o primeiro Relatório Trimestral deverá conter as informações sobre a comercialização dos produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS entre a data de assinatura até o encerramento do respectivo trimestre, consoante especificado no item **3.3.3**. O último Relatório Trimestral deverá ser apresentado no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar do término do Contrato.

- 3.3.5 Na hipótese de a LICENCIADA não ter comercializado os produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS em um trimestre, deverá, ainda assim, informar tal fato por meio do envio do Relatório Trimestral à LICENCIANTE.
- 3.4 A LICENCIANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo até 10 (dez) anos depois de encerrado o presente Contrato, por qualquer motivo, realizar, por si ou por auditores externos, exame nos livros contábeis da LICENCIADA, com o objetivo de verificar a correção e veracidade das informações fornecidas. Em caso de diferenças no valor dos royalties em favor da LICENCIANTE, a LICENCIADA terá um prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da comunicação, para pronunciar-se a respeito da divergência. Após este prazo, não havendo manifestação da LICENCIADA, será emitido documento de cobrança para pagamento à vista, incluindo os custos diretos e indiretos associados à auditoria.

#### **4 CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES**

##### **4.1 Constituem obrigações da LICENCIANTE:**

- a. Disponibilizar à LICENCIADA as informações, documentos técnicos e subsídios que eventualmente forem necessários para a proteção contra infrações a direitos de terceiros que possam advir dos ATIVOS INTELECTUAIS e de sua exploração.

##### **4.2 Constituem obrigações da LICENCIADA:**

- a. Fazer uso efetivo dos ATIVOS INTELECTUAIS, bem como de seus aperfeiçoamentos, se houver, explorando-o (s) comercialmente conforme previsto neste Contrato;
- b. Adotar as medidas adequadas e as cautelas de praxe de forma que não possibilite a violação de direitos de propriedade intelectual da LICENCIANTE ou de terceiros, mantendo a LICENCIANTE isenta de qualquer responsabilidade.
- c. Conhecer e cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis ao uso, instalação, operação, manutenção e exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS, e, caso não o faça, desde logo isenta a LICENCIANTE da responsabilidade por danos eventualmente provocados a terceiros em consequência da falta de observância dessas leis e regulamentos.
- d. Comunicar imediata e expressamente à LICENCIANTE, caso tenha ciência de atos praticados por terceiros que importem em uso indevido ou não autorizado ou mesmo de qualquer violação dos direitos relativos aos ATIVOS INTELECTUAIS, bem como cooperar na proteção desses direitos. A LICENCIADA não poderá iniciar qualquer ação judicial ou emitir notificação extrajudicial fundamentadas em violação dos ATIVOS INTELECTUAIS por terceiros, sem o prévio e expresso consentimento da LICENCIANTE;
- e. Comunicar imediata e expressamente à LICENCIANTE, o recebimento de quaisquer autuações, citações e comunicações administrativas, judiciais e extrajudiciais relacionadas aos ATIVOS INTELECTUAIS;

- f. Ressarcir a LICENCIANTE de eventuais valores pagos em decorrência de condenação, em demanda judicial, na qual a LICENCIANTE tenha sido incluída, em razão de atos de responsabilidade exclusiva da LICENCIADA, especialmente aqueles relativos à prestação de serviços, fabricação e/ou comercialização dos ATIVOS INTELECTUAIS;
  - g. Preservar e manter a LICENCIANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de ação ou omissão sua, inclusive aquelas decorrentes da exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS.
  - h. Subsidiar a LICENCIANTE com informações, documentos e todos os meios de prova legalmente válidos para que esta possa se defender em caso de ser incluída no polo passivo de eventual demanda judicial relacionada à exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS pela LICENCIADA.
  - i. Pagar à LICENCIANTE, nos prazos e forma acordados, a remuneração prevista na cláusula segunda deste Contrato. Estando a LICENCIADA inadimplente, a LICENCIANTE poderá fixar prazo, a seu critério, compatível com as providências que devam ser adotadas, dentro do qual a LICENCIADA estará obrigada a sanar o inadimplemento, seguindo o que está previsto no item **2.2**. A não observância pela LICENCIADA do novo prazo fixado pela LICENCIANTE importará da rescisão do Contrato, independentemente de notificação.
  - j. Comunicar à LICENCIANTE, por escrito, os motivos que porventura venham a impedir a LICENCIADA de explorar os ATIVOS INTELECTUAIS.
  - k. Providenciar e fornecer os meios e documentos necessários para que a LICENCIANTE tome as providências necessárias ao deferimento do(s) pedido(s) de registro depositado(s) de patentes;
  - l. Avisar a LICENCIANTE previamente a respeito de alterações societárias e de manter objetivos sociais compatíveis com a exploração dos ativos intelectuais, durante a vigência do Contrato.
  - m. Não realizar comercialização de produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS para empresas do grupo societário ou econômico da LICENCIADA que não tenham sido previstas no item **1.2** deste Contrato.
  - n. Permitir o acesso da LICENCIANTE às suas instalações, sistemas e plataformas, durante o horário comercial, desde que informada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para averiguação do cumprimento das especificações técnicas e determinações relativas à exploração dos ATIVOS INTELECTUAIS.
- 4.3 Na hipótese de a LICENCIADA contratar um prestador de serviços, a LICENCIADA poderá permitir acesso e uso dos ATIVOS INTELECTUAIS, desde que o prestador de serviços se obrigue, por escrito, a observar os termos deste Contrato e a acessar e utilizar os ATIVOS INTELECTUAIS tão somente nas dependências da

LICENCIADA e apenas para os fins da prestação dos serviços para os quais foi contratado pela LICENCIADA.

- 4.4 Não será permitido à LICENCIADA, salvo se expresso nos termos deste instrumento ou previamente autorizado pela LICENCIANTE:
- a. comercializar os direitos de propriedade dos ATIVOS INTELECTUAIS licenciados;
  - b. permitir o acesso ou uso dos ATIVOS INTELECTUAIS por terceiros, ressalvado o disposto no item 1.2;
  - c. Sublicenciar ou ceder, no todo ou em parte, os direitos e obrigações oriundos deste Contrato. Qualquer tentativa de cessão em descumprimento às disposições desta cláusula será considerada nula e sem qualquer efeito.

## **5 CLAUSULA QUINTA – APERFEIÇOAMENTOS**

5.1 Caso a LICENCIADA entenda que há viabilidade técnica e econômica na introdução de aperfeiçoamentos nos ATIVOS INTELECTUAIS, deverá informar à LICENCIANTE sobre sua intenção em fazê-lo.

5.1.1 A LICENCIANTE poderá manifestar seu interesse na participação, em até 30 (trinta) dias a partir da comunicação feita pela LICENCIADA:

- a. Caso a LICENCIANTE não demonstre interesse em participar do aperfeiçoamento, a LICENCIADA poderá prosseguir de forma independente, sendo ela a titular de tal aperfeiçoamento, mas garantidos à LICENCIANTE o conhecimento e o direito de uso do aperfeiçoamento (licença de uso plena, gratuita e irrevogável).
- b. Caso a LICENCIANTE queira participar das atividades necessárias para gerar os aperfeiçoamentos, deverá ser firmado o instrumento contratual adequado, que, obrigatoriamente, deverá estabelecer a cotitularidade entre LICENCIANTE e LICENCIADA sobre os aperfeiçoamentos.

5.1.1.1 A licença mencionada na alínea 'a' do subitem 5.1.1 engloba a faculdade de uso diretamente pela LICENCIANTE e por empresas subsidiárias ou controladas. Além disso, será permitido o uso por terceiros contratados pela LICENCIANTE, desde que para aplicação exclusiva em suas atividades.

5.2 A LICENCIANTE garante à LICENCIADA uma licença não exclusiva de seus direitos em eventuais aperfeiçoamentos do ATIVO INTELECTUAL desenvolvidos sem a participação da LICENCIADA, nas mesmas condições pactuadas neste Contrato.

5.3 A LICENCIADA, caso deseje desenvolver melhorias nos produtos ou serviços relacionados ao ATIVO INTELECTUAL em conjunto com terceiros, deverá

comunicar e obter autorização prévia e por escrito da LICENCIANTE. Deverá ser garantido à LICENCIANTE o conhecimento e a preferência para a obtenção da licença de uso do aperfeiçoamento. A existência dessa obrigação deverá ficar clara nas parcerias da LICENCIADA com terceiros para a realização de aperfeiçoamentos do ATIVO INTELECTUAL.

- 5.4 Caso a LICENCIADA deseje realizar melhorias nos produtos e serviços relacionados ao ATIVO INTELECTUAL, não será permitido que a LICENCIADA compartilhe com a terceira parte conhecimentos a respeito da tecnologia que não sejam públicos no momento de assinatura deste Contrato, exceto com expressa autorização por parte da LICENCIANTE.
- 5.5 Aos aperfeiçoamentos ou melhoramentos aplicados ao ATIVO INTELECTUAL, aplicar-se-ão as mesmas regras estabelecidas na cláusula oitava - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

## **6 CLAUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES**

- 6.1 A LICENCIANTE declara que, até a presente data, não tem conhecimento de que os ATIVOS INTELECTUAIS violem quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros.
- 6.2 A LICENCIADA assume plena e total responsabilidade pela infração dos direitos de propriedade intelectual da LICENCIANTE causados por ações e omissões de seus empregados, prepostos, comissionados ou de qualquer pessoa a quem a LICENCIADA houver conferido acesso aos ATIVOS INTELECTUAIS licenciados.
  - 6.2.1 Caso a LICENCIANTE seja notificada sobre a existência de demandas de terceiros relacionada à potencial violação de direitos de propriedade intelectual de terceiros pelos ATIVOS INTELECTUAIS, a LICENCIANTE buscará uma solução que viabilize a continuidade deste Contrato e estabelecerá as medidas que a LICENCIADA deverá cumprir a fim de evitar o agravamento de possíveis danos a terceiros, podendo, inclusive, determinar a imediata cessação do uso dos ATIVOS INTELECTUAIS pela LICENCIADA.
  - 6.2.2 Se não for possível obter uma solução quanto à potencial violação de direitos de propriedade intelectual de terceiros, este Contrato será resolvido de pleno direito, no prazo indicado pela LICENCIANTE em notificação escrita à LICENCIADA, na qual serão descritas as tentativas frustradas de solução da controvérsia.
- 6.3 A LICENCIANTE não garante a performance, viabilidade, efetividade e adequação técnica e/ou comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS para os usos que a LICENCIADA os pretenda dar, bem como não assegura que os ATIVOS INTELECTUAIS operarão sem erros ou sem interrupção, nem assume nenhuma obrigação de corrigir de possíveis defeitos ou falhas dos ATIVOS INTELECTUAIS.
- 6.4 A LICENCIANTE não assume nenhuma responsabilidade por danos, sejam eles diretos ou indiretos, decorrentes da inadequada funcionalidade ou desempenho dos

ATIVOS INTELECTUAIS ou pela produção ou comercialização de produtos e serviços relacionados com os ATIVOS INTELECTUAIS, que serão utilizados pela LICENCIADA por sua conta e risco.

- 6.5 A LICENCIADA assume integralmente a responsabilidade por eventuais danos causados a terceiros em decorrência do uso dos ATIVOS INTELECTUAIS, bem como pelos produtos e/ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS que colocar à disposição dos consumidores, inclusive pelas atividades de concepção, fabricação, montagem, instalação, operação e manutenção eventualmente necessárias para fornecê-los, inexistindo qualquer solidariedade por parte da LICENCIANTE. A LICENCIANTE fica isenta de toda e qualquer responsabilidade caso a LICENCIADA, com a exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS, provoque danos ao meio-ambiente ou a consumidores e/ou a terceiros por violação de direitos de qualquer espécie.
- 6.6 A LICENCIADA se responsabiliza pelo cumprimento das leis e regulamentos de proteção ao meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos porventura exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades que estejam relacionadas à utilização e comercialização de produtos e serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS, conforme disposto nas legislações federal, estadual e municipal, relativas à matéria ambiental.
- 6.7 A LICENCIADA deverá adotar todas as medidas e procedimentos necessários para afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente, que possa vir a ser causado pelas atividades de concepção, criação, produção ou de comercialização de produtos ou serviços relacionados aos ATIVOS INTELECTUAIS, exigindo que a mesma conduta seja observada pelas empresas eventualmente por aquela contratadas.
- 6.8 A responsabilidade da LICENCIADA pelos danos ambientais eventualmente causados ou que tenham origem durante a vigência deste Contrato permanecerá, ainda que seus efeitos sejam conhecidos ou só ocorram após o encerramento do Contrato.
- 6.9 A LICENCIANTE fica isenta de toda e qualquer responsabilidade caso a LICENCIADA, com a exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS, provoque danos ao meio-ambiente, inclusive a terceiros, quando decorrentes de dano ao meio ambiente, cabendo a LICENCIADA indenizar a LICENCIANTE em todos os custos que esta vier a arcar.
- 6.10 A responsabilidade por perdas e danos decorrentes do Contrato será limitada aos danos diretos, de acordo com o Código Civil Brasileiro e legislação aplicável.
- 6.11 A Parte responderá por lucros cessantes a que der causa em razão da violação de direitos de propriedade intelectual da outra Parte e de terceiros.
- 6.12 A LICENCIANTE terá o seu direito de regresso assegurado, na forma da legislação aplicável a este Contrato, quanto aos valores eventualmente pagos a terceiros, em virtude de condenação judicial, transitada em julgado, que sejam obrigação contratual da outra parte.

6.13 Será objeto de regresso o que efetivamente o terceiro vier a obter judicialmente, acrescido de todos os acessórios, tais como despesas judiciais e honorários advocatícios, observado o disposto neste Contrato.

## **7 CLAUSULA SÉTIMA – PRAZO**

7.1 O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, permanecendo válido e eficaz pelo prazo de 1.825 (Mil oitocentos e vinte e cinco dias) dias, ou enquanto o ATIVO INTELECTUAL estiver vigente.

7.1.1 O presente Contrato poderá ser prorrogado pelo mesmo prazo ou por prazo inferior, necessariamente por meio de aditivo contratual a ser firmado pelas partes.

7.1.2 O transcurso do prazo dado no item 7.1, sem que haja prorrogação, importará no término deste Contrato.

## **8 CLAUSULA OITAVA – RESCISÃO E RESILIÇÃO DO CONTRATO**

8.1 Este Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Se a LICENCIADA alterar sua estrutura societária ou objeto social de modo que inviabilize a exploração dos ATIVOS INTELECTUAIS e, por extensão, a continuidade do licenciamento;

Se houver fusão, cisão ou incorporação e/ou alteração do controle acionário da LICENCIADA de modo que o novo controlador seja concorrente da LICENCIANTE;

Se houver decretação de falência ou instauração de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da LICENCIADA;

Se a LICENCIADA não cumprir a obrigação dada no item 4.2, alínea 'b', a tempo e modo devidos;

Se houver inadimplemento de obrigação contratual, inclusive a de pagamentos em favor da LICENCIANTE, prevista no item 4.2, alínea 'l';

8.2 Operada a rescisão do Contrato por qualquer de suas hipóteses, não caberá à LICENCIADA nenhuma indenização nem direito a ressarcimento de valores que ela tiver pagado à LICENCIANTE em razão deste Contrato.

8.3 Este Contrato poderá ser resiliado nos seguintes casos:

a. Por acordo entre as PARTES, a ser formalizado por meio de distrato por escrito, devidamente assinado por seus representantes legais ou por procuradores com poderes específicos;

b. Por qualquer das Partes, se no curso do Contrato a exploração comercial dos ATIVOS INTELECTUAIS se tornar técnica e/ou economicamente inviável ou pouco atrativa, em conclusão a ser previamente referendada pela mesma autoridade a

quem couber assinar o presente Contrato. Para que esta hipótese de encerramento possa ser invocada, a parte interessada deverá:

- i. Notificar a outra parte para dar-lhe ciência sobre a intenção de resilir este Contrato, apresentar as provas que fundamentem a rescisão e assinar-lhe o prazo de 15 dias corridos para que se manifeste;
- ii. Caso a parte notificada opte por não se manifestar, ao fim do prazo dado na alínea 'i', a parte notificante poderá considerar este contrato rescindido de pleno direito;
- iii. Optando por se manifestar, a parte notificada poderá pedir os esclarecimentos que entender necessários e, uma vez que os tenha recebido, terá o prazo de 10 dias corridos para manifestar sua decisão. Se a parte notificada for a LICENCIANTE, a eventual conclusão pela inviabilidade técnica e/ou econômica de exploração dos ATIVOS INTELECTUAIS terá que ser referendada pela mesma autoridade competente para assinar o presente Contrato;
- iv. Havendo discordância quanto à aplicabilidade desta hipótese de rescisão, a parte notificada justificará sua decisão e o Contrato permanecerá em vigor;
- v. Havendo concordância pela rescisão, as partes deverão assinar o contrato no prazo razoável que tiverem acordado.

8.4 Encerrando-se este Contrato por qualquer hipótese de rescisão ou rescisão, a LICENCIADA fica obrigada a:

Cessar imediatamente o uso dos ATIVOS INTELECTUAIS e a exploração comercial de produtos e/ou serviços com eles relacionados;

Devolver à LICENCIANTE quaisquer documentos que contenham informações confidenciais, no prazo máximo de dez dias a contar da data do término do Contrato.

8.5 As disposições contidas nas seguintes cláusulas: CLAUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES, CLÁUSULA NONA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONFORMIDADE e CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E LEI APLICÁVEL sobreviverão a qualquer forma de encerramento do presente Contrato.

## **9 CLÁUSULA NONA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

9.1 As PARTES se obrigam, pelo prazo de 10 (dez) anos, a manter sob sigilo todas as informações ou dados confidenciais trocados entre si ou a que tiverem acesso em razão da execução do objeto contratual.

9.1.1 São consideradas Informações Confidenciais, para fins deste Contrato:

a. quaisquer informações, dados e documentos repassados de uma parte a outra ou que tiverem origem ou forem obtidas por uma parte na sede, instalações fabris ou comerciais ou quaisquer dependências da outra parte, ainda que elas não tenham relação direta com o objeto do presente Contrato.

b. as inovações, melhoramentos e/ou aperfeiçoamentos introduzidos nos ATIVOS INTELECTUAIS pela LICENCIANTE, pela LICENCIADA ou por ambas, que deverão ser mantidos em sigilo até que haja decisão sobre como protegê-los e/ou explorá-los.

9.2 A LICENCIADA repassará informações confidenciais a seus representantes, prepostos, comitentes e empregados apenas na medida do que for necessário para os fins deste Contrato, e, sob sua responsabilidade pessoal, cuidará para que tais pessoas assumam sobre as informações confidenciais um dever de sigilo não inferior ao disposto neste Contrato.

9.2.1 O prazo previsto no item 9.1 não se aplica a informações sobre segredo de negócio, estratégias comerciais ou qualquer elemento que possa representar diferencial competitivo para a LICENCIANTE. A LICENCIADA deverá manter tais informações sob sigilo por prazo perene, salvo se a LICENCIANTE expressamente liberá-la desse dever.

9.2.2 As PARTES, para fins de sigilo, se obrigam por seus administradores, empregados, prepostos a qualquer título, sucessores e comissários.

9.3 Independentemente de outras previsões contratuais, o descumprimento pela qualquer uma das PARTES da obrigação de sigilo, revelando informações e dados confidenciais ou facilitando sua revelação, importará, conforme o caso, em:

- a. rescisão contratual, se vigente o Contrato;
- b. em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos;
- c. adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e legislação aplicável;
- d. aplicação de multa compensatória no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo de indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

9.3.1 O descumprimento, pela LICENCIADA, da obrigação de sigilo prevista neste Contrato caracteriza irregularidade grave, estando a LICENCIADA sujeita à aplicação de Sanções Administrativas previstas na Lei nº 13.303/2016.

9.4 Só serão legítimas como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo e confidencialidade a ocorrências das seguintes hipóteses:

a. a informação já era legal, legítima e comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação;

b. houve prévia e expressa anuência da titular das informações, por sua autoridade responsável, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação;

c. a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, sem qualquer restrição quanto ao seu uso ou divulgação, independentemente do presente Contrato;

d. determinação judicial, governamental e/ou regulatória, ou obrigação prevista em lei ou norma administrativa, desde que notificada imediatamente a Parte titular da informação previamente à liberação, e seja requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

9.5 Toda divulgação sobre qualquer informação ou dado relacionados ao presente Contrato dependerá de prévia autorização da LICENCIANTE, ressalvada a mera notícia de sua existência bem como a divulgação de dados e informações contábeis, fiscais e legais, exigidas pelos órgãos competentes.

9.6 Caso as informações e o know-how venham a ser conhecidos por terceiros sem que, para isso, tenha havido ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, de qualquer das PARTES, estes deverão deliberar quanto à conveniência de manter o dever de sigilo, em decisão que deverá ser reduzida a escrito e firmada por seus representantes legais.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

10.1 As PARTES poderão ser dispensadas do cumprimento do estipulado neste Contrato, se a impossibilidade de adimplemento contratual decorrer de Caso Fortuito ou Força Maior, conforme definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

10.1.1 A caracterização de Caso Fortuito ou Força Maior dependerá da verificação de circunstâncias que não estejam sob controle da Parte afetada, não podendo ser por esta previstas, impedidas ou removidas.

10.2 Em todos os eventos de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte afetada pelo citado evento deverá comunicar a sua ocorrência, após apuração dos impactos causados a outra Parte, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas após ou evento, ou em caso de evento continuado, dentro do período de ocorrência do mesmo, informando ainda as ações tomadas para mitigar tal evento.

10.3 Nenhuma das PARTES poderá se eximir de suas responsabilidades com base na alegação de Caso Fortuito ou Força Maior, ainda que tais eventos tenham efetivamente ocorrido, se forem os mesmos decorrentes de negligência, imprudência, imperícia, ações dolosas ou do inadimplemento, por qualquer das PARTES, das obrigações decorrentes deste Contrato, de leis, decretos, ou outros mandamentos legais, normas técnicas, regulamentos aplicáveis.

10.4 As PARTES não responderão por prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, salvo se tiverem agravado os prejuízos por condutas caracterizadas por negligência, imprudência, imperícia ou por ações dolosas.

10.5 Caso o evento de Caso Fortuito ou Força Maior persista por um período superior a 90 (noventa) dias contados da comunicação prevista no item **10.2**, e impossibilitada a execução contratual, desde que verificado e aceito pela LICENCIANTE, será

facultado a qualquer das PARTES encerrar o presente Contrato, sem ônus de Parte à Parte, mediante comunicação por escrito da Parte interessada à outra, obrigando-se a LICENCIADA a realizar o pagamento dos royalties e penalidades pendentes e proporcionais ao período da contraprestação prevista na Cláusula Segunda deste Contrato devida até a data do término efetivo, bem como o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive com terceiros.

## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONFORMIDADE

11.1 A LICENCIADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente Contrato, declara e garante que ela própria e ...

[QUANDO A LICENCIADA FOR SOCIEDADE EMPRESÁRIA (PESSOA JURÍDICA)]:

[... os membros do Grupo da (usar a denominação da LICENCIADA adotada no Contrato)]

[QUANDO A LICENCIADA FOR CONSÓRCIO]:

[... os membros do Grupo (usar a denominação do Consórcio contratado, adotada no Contrato) e de cada uma das empresas que o constitui]

- i. não realizaram, não ofereceram, não prometeram e nem autorizaram qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou outra qualquer vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido nos artigos 327, caput, § § 1º e 2º e 337-D caput e parágrafo único, ambos do Código Penal Brasileiro, partido político, autoridade de partido político, candidato a cargo eletivo, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às leis aplicáveis, incluindo, mas não limitado à Lei 12.846/13, Código Penal Brasileiro, *United Kingdom Bribery Act 2010* ou ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, inclusive suas futuras alterações, e às demais regras e regulamentos deles decorrentes (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”);
- ii. se comprometem a não praticar quaisquer dos atos mencionados no item (i) acima e a cumprir as Leis Anticorrupção; e
- iii. não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição movimentação e propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei n.º 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à LICENCIADA.

11.2.1 Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a uma pessoa física ou jurídica regularmente constituída ou não, a pessoa física ou jurídica, suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, suas sucessoras, cessionárias, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes e agentes, incluindo subcontratados.

- 11.3 A LICENCIADA reconhece que, além das resoluções sancionatórias do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de observância obrigatória por força da Lei nº 13.810/2019, a LICENCIANTE deve cumprir as leis, regulações, proibições, ordens e medidas restritivas implementadas pelos Estados Unidos da América, União Europeia e Reino Unido, incluindo suas instituições e agências governamentais, que estabeleçam sanções econômicas ou controles de importação ou exportação voltados a proibir ou restringir negócios com indivíduos, entidades, governos, países ou territórios (“Sanções”).
- 11.4 A LICENCIADA declara e garante que ela, suas controladoras diretas e indiretas, sublicenciadas e profissionais engajados na execução deste Contrato não estão sujeitas a Sanções e não constam em lista de Sanções; e não são ou serão nacionais de ou residentes em países sujeitos a Sanções.
- 11.5 Este Contrato não deverá ser interpretado ou aplicado de forma a impor à LICENCIANTE que faça ou deixe de fazer algo quando isso torná-la exposta ao risco de descumprimento de Sanções.
- 11.6 Nas atividades, operações, serviços e trabalhos relacionados ao presente Contrato, a LICENCIADA...

**[QUANDO A LICENCIADA FOR SOCIEDADE EMPRESÁRIA (PESSOA JURÍDICA) ]:**  
[...e os membros do seu Grupo]

**[QUANDO A LICENCIADA FOR CONSÓRCIO]:**

[...e os membros do Grupo (usar a denominação do Consórcio contratado, adotada no contrato) e de cada uma das empresas que o constitui] ... deverão observar as restrições aplicáveis decorrentes das Sanções, bem como abster-se de praticar ou interromper a prática de qualquer ação que exponha a LICENCIANTE ao risco de descumprimento de Sanções.

- 11.7 A LICENCIADA se obriga a notificar imediatamente a LICENCIANTE de qualquer investigação ou procedimento iniciado por uma autoridade governamental relacionado a uma alegada violação das mencionadas Leis Anticorrupção e das obrigações da LICENCIADA, ...

**[QUANDO A LICENCIADA FOR SOCIEDADE EMPRESÁRIA (PESSOA JURÍDICA)]:**

[... e dos membros do Grupo da (usar a denominação da LICENCIADA adotada no contrato)]

**[QUANDO A LICENCIADA FOR CONSÓRCIO]:**

[... dos membros do Grupo (usar a denominação do Consórcio contratado, adotada no contrato) e de cada uma das empresas que o constitui, ...] ... referentes ao Contrato previstas neste item 11. A LICENCIADA envidará todos os esforços para manter a LICENCIANTE informada quanto ao progresso e ao

caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pela LICENCIANTE.

A LICENCIADA declara e garante que ela própria e...

**[QUANDO A LICENCIADA FOR SOCIEDADE EMPRESÁRIA (PESSOA JURÍDICA) ]:**

[... os membros do Grupo da (usar a denominação da LICENCIADA adotada no contrato)]

**[QUANDO A LICENCIADA FOR CONSÓRCIO]:**

[... os membros do Grupo (usar a denominação do Consórcio contratado, adotada no contrato) e de cada uma das empresas que o constitui]... foram informados de suas obrigações em relação às Leis Anticorrupção e que todos possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção. A existência de tais políticas e procedimentos poderá ser objeto de auditoria realizada pela LICENCIANTE.

11.8 Na hipótese de haver subcontratação de parcela do objeto contratual, a LICENCIADA deverá incluir no respectivo instrumento cláusulas por meio das quais sua sublicenciada se comprometa a cumprir as obrigações previstas nos itens **11.1**, **11.3** e **11.6** do presente Contrato, bem como a colaborar para o integral cumprimento das demais obrigações assumidas pela LICENCIADA na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONFORMIDADE.

11.9 A LICENCIADA deverá defender, indenizar e manter a LICENCIANTE isenta de responsabilidade em relação a quaisquer reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas, decorrentes ou relacionadas a qualquer descumprimento pela LICENCIADA das garantias e declarações previstas nesta cláusula e nas Leis Anticorrupção.

11.10 A LICENCIADA deverá responder, de forma célere e detalhada, com o devido suporte documental, qualquer notificação da LICENCIANTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações prevista nesta cláusula.

11.11 A LICENCIADA deverá, em relação às matérias sujeitas a este Contrato:

- i. Desenvolver e manter controles internos adequados relacionados às obrigações da LICENCIADA previstas nos itens CLÁUSULA PRIMEIRA – **OBJETO 11.1** e **11.2.1**;
- ii. Elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à LICENCIADA;
- iii. Elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da LICENCIADA, de forma que reflitam correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável os ativos e os passivos da LICENCIADA;
- iv. Manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 10 (dez) anos após o encerramento deste Contrato;
- v. Cumprir a legislação aplicável.

- 11.12 A partir da data de assinatura do presente Contrato e nos 10 (dez) anos seguintes, mediante comunicado por escrito com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, a LICENCIADA deverá permitir que a LICENCIANTE, por meio de representantes por ela designados tenham acesso aos livros, registros, políticas e procedimentos mencionados neste Contrato e a todos os documentos e informações disponíveis e deverá fornecer todo o acesso necessário à LICENCIANTE para entrevistar os sócios, administradores e funcionários da LICENCIADA, considerados necessários pela LICENCIANTE para verificar a conformidade da LICENCIADA com a os compromissos assumidos nos itens **11.1** e **11.2.1**.
- 11.13 A LICENCIADA concorda em cooperar e auxiliar a auditoria, verificação ou investigação conduzida pela LICENCIANTE, em relação a qualquer alegada, suspeita ou comprovada não-conformidade com as obrigações deste Contrato ou das Leis Anticorrupção pela LICENCIADA ou por qualquer

[QUANDO A LICENCIADA FOR UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA (PESSOA JURÍDICA) ]:

[... dos membros do Grupo da (usar a denominação da LICENCIADA adotada no Contrato)]

[QUANDO A LICENCIADA FOR UM CONSÓRCIO]:

[... dos membros do Grupo (usar a denominação do Consórcio contratado, adotada no Contrato) e de cada uma das empresas que o constitui]

- 11.16 A LICENCIADA deverá providenciar, mediante solicitação da LICENCIANTE, declaração escrita (modelo anexo), firmada por representante legal, no sentido de ter a LICENCIADA cumprido as determinações dos itens **11.1**, **11.2.1** e **11.4**.
- 11.17 A LICENCIADA reportará, por escrito, para o endereço eletrônico <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por empregado da LICENCIANTE ou por qualquer membro do Grupo da LICENCIANTE para a LICENCIADA ou para qualquer membro do Grupo da LICENCIADA, com relação às atividades, operações, serviços e trabalhos vinculados ao objeto do presente Contrato.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÃO DO NEPOTISMO**

- 12.1 A LICENCIADA não poderá manter, durante a execução do Contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da LICENCIANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o Contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.
- 12.1.1 O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de R\$100.000,00 (Cem mil reais), ou rescisão contratual.

12.2 A LICENCIADA não poderá utilizar, na execução dos serviços, objeto deste Contrato, sob pena de multa ou rescisão contratual, profissional que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de empregado da LICENCIANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o Contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação..

12.2.1 O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de R\$100.000,00 (Cem mil reais), ou rescisão contratual.

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 A tolerância quanto a eventuais infrações de qualquer das cláusulas do presente Contrato não induzirá novação, nem renúncia aos direitos aqui conferidos, configurando-se apenas mera liberalidade de uma das PARTES.

13.1.1 O não exercício, expresso ou presumido, por qualquer das PARTES, em qualquer momento, a alguns dos direitos previstos no presente instrumento não significará renúncia ao exercício desse mesmo direito em outra oportunidade, ou ao exercício de quaisquer outros direitos previstos no presente instrumento.

13.1.2 Qualquer modificação nos termos do presente Contrato, para que tenha eficácia, deverá ser objeto de expresso termo aditivo, assinado pelos representantes legais das PARTES.

13.2 O presente Contrato representa o acordo integral entre as PARTES com relação aos direitos e obrigações determinadas, ficando revogado e/ou resolvido qualquer acordo, compromisso, Contrato ou comunicação (oral ou escrita) anteriores que tenham pertinência com a assinatura do presente instrumento. Não há declarações, afirmações de garantia, acordos ou condições adjetas não especificamente estipuladas no presente instrumento.

13.3 Qualquer notificação cuja apresentação seja exigida ou permitida nos termos do presente Contrato será apresentada por escrito e poderá ser enviada por e-mail, com protocolo de recebimento, ou carta registrada, sendo considerada como corretamente entregue quando do recebimento pela PARTE apropriada, em endereços a serem indicados pelas PARTES quando da assinatura do Contrato.

13.3.1 As PARTES deverão aprovar previamente e por escrito a divulgação de qualquer texto de natureza técnica ou comercial que verse ou mencione produtos ou serviços relacionados ao ATIVOS INTELECTUAIS ou mesmo o desenvolvimento conjunto de aperfeiçoamentos ou melhorias.

13.4 O presente instrumento não constitui a LICENCIADA como representante ou comitente da LICENCIANTE. A LICENCIADA não terá o direito ou autoridade para assumir qualquer responsabilidade ou obrigação de qualquer ordem, no todo ou em parte, contra os interesses ou em nome da LICENCIANTE.

- 13.5 Todas as obrigações que por sua natureza subsistirem à extinção ou término desde Contrato permanecerão em pleno vigor, produzindo seus efeitos subsequentes até que tais obrigações sejam integralmente satisfeitas.
- 13.6 O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as PARTES e suas sucessoras ou quaisquer outras empresas a ela relacionadas, seja direta ou indiretamente.
- 13.7 Ocorrendo, por disposição judicial ou por outro motivo, a invalidade ou ineficácia de qualquer Cláusula do presente instrumento, total ou parcialmente, tal fato não se estenderá às demais Cláusulas ora pactuadas, as quais manter-se-ão em pleno vigor, sendo que as PARTES acordam, desde já, em substituir aquela Cláusula inválida ou ineficaz por outra a mais similar possível.

#### **14 CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E LEI APLICÁVEL**

Para fins de solução de litígio, as PARTES buscarão a conciliação por meio de seus representantes signatários do presente Contrato, ou de terceiros por eles indicados em período não superior a 30 (trinta) dias contados da data em que uma Parte notificar a outra sobre a existência do litígio.

- 14.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 14.1.1 O idioma da arbitragem será o português.
- 14.2 As PARTES poderão, antes da constituição do tribunal arbitral e, em circunstâncias excepcionais, mesmo posteriormente, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei n.º 9.307/96. As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo tribunal arbitral não serão consideradas como atos de renúncia à arbitragem.
- 14.2.1 Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas deverão ser informados sem demora ao tribunal arbitral.
- 14.3 A lei brasileira regerá o presente Contrato para fins de interpretação e solução de litígios, inclusive eventuais questionamentos sobre a cláusula arbitral.
- 14.4 A existência e conteúdo do procedimento arbitral e de qualquer ordem ou sentença arbitral serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas pelo item **14.3** e no Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

## **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – USO DA MARCA LICENCIANTE**

15.1 A LICENCIADA não poderá utilizar a expressão “Licenciada da PETROBRAS”, o nome ou as marcas da LICENCIANTE em qualquer tipo de material promocional e de propaganda, nem mesmo em uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, sem aprovação prévia por escrito da LICENCIANTE, podendo as condições de uso, se for o caso, ficarem estabelecidas em instrumento específico. Eventual associação das marcas da LICENCIANTE e da LICENCIADA deverá seguir a mesma regra desta cláusula.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÕES**

16.1 Qualquer informação ou outra comunicação a ser feita pelas partes será efetivada quando enviadas aos seguintes endereços:

Petróleo Brasileiro S.A. - LICENCIANTE

Avenida Horácio Macedo, 950, CENPES, ALA C, Gabinete 3, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ CEP 21.941-915.

email: [licenciatec@petrobras.com.br](mailto:licenciatec@petrobras.com.br)

(NOME da empresa)

(ENDEREÇO COMPLETO COM CEP)

(NOME DO INTERLOCUTOR TÉCNICO, EMAIL DO INTERLOCUTOR TÉCNICO, TELEFONE DO INTERLOCUTOR TÉCNICO)

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

## **18 ANEXOS**

18.1 Os anexos aqui indicados fazem parte deste Contrato como se aqui escritos:

**Anexo 1 – Declaração periódica**

**Anexo 2 – Modelo Relatório de Comercialização**

E, por estarem justas e acordadas, assinam as PARTES o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - LICENCIANTE**

---

[Nome]  
[Cargo]

**RAZÃO SOCIAL DA LICENCIADA**

---

[Nome]  
[Cargo]

TESTEMUNHAS:

---

Nome:  
Ident.:

---

Nome:  
Ident.: